

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE, nos termos da Portaria PR/SE n.º 049, de 05/08/2003, no uso de suas atribuições legais, faz saber que estarão abertas, no período de 25 a 29 de agosto do corrente ano, as inscrições para o processo seletivo visando ao preenchimento de 01 (uma) vaga existente e 10 (dez) prováveis para estágio curricular na área de Direito, em regime de 20 (vinte) horas semanais, no horário de funcionamento da Procuradoria, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, percebendo a título de bolsa de estágio a importância de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

1.0 LOCAL DE INSCRIÇÃO

- 1.1 **Local:** Procuradoria da República no Estado de Sergipe, situada na Avenida Beira Mar, n.º 1064, Praia 13 de Julho. Pré-inscrição pelo endereço <http://www.prse.mpf.gov.br> na internet.
- 1.2 **Horário das Inscrições:** das 8 às 11 e das 13 às 17 horas.
- 1.3 **Informações** pelo telefone 0XX79 246-1810, ramal 334 e no endereço (sítio) da Internet: <http://www.prse.mpf.gov.br>.
- 1.4 Poderá ser feita a Pré-inscrição pela Internet, no endereço citado no subitem anterior.

2.0 CONDIÇÕES DA INSCRIÇÃO

- 2.1 **Comprovar** que está regularmente matriculado em instituição de ensino conveniada e ter concluído, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de créditos do Curso de Direito (Comprovante de Matrícula atual).
 - 2.2 **Entregar** cópia de documento de identidade contendo fotografia.
 - 2.3 **Apresentar** o histórico escolar atual
 - 2.4 **Preencher** ficha fornecida pela seção de pessoal.
- 3.0 O processo seletivo terá a validade de 1 (um) ano, a contar da divulgação do resultado final.
- 4.0 A seleção será procedida mediante aplicação de uma prova com questões objetivas e subjetivas, versando sobre os seguintes temas:

I - DIREITO CONSTITUCIONAL

- . Constituição: Conceito, classificação, objeto e elementos.
- . Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos. Organização do Estado.
- . Poder Constituinte.
- . Controle de Constitucionalidade.
- . Repartição constitucional de competências. União. Estados. Municípios. Distrito Federal e Territórios.
- . Intervenção Federal.
- . Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Princípios institucionais. Estrutura orgânica. Garantias. Vedações institucionais. Advocacia Pública e Defensoria Pública.
- . Direitos e Garantias Fundamentais e sua proteção.
- . Da Administração Pública. Princípios. Servidores Públicos.
- . Princípios da ordem econômica.
- . Dos índios.

II - DIREITO CIVIL

- . Noções de direito civil. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Divisão do direito em público e privado. Lei de introdução ao Código Civil. Elaboração e vigência da lei. Eficácia da lei. Interpretação e Integração.
 - . Pessoa física: início e fim. Personalidade. Capacidade. Domicílio. Pessoa Jurídica: início e fim. Capacidade e Representação. Responsabilidade. Domicílio.
 - . Bens.
 - . Fatos e Atos jurídicos. Negócio jurídico. Validade e eficácia. Teoria das nulidades. Vícios. Atos ilícitos e responsabilidade.
- Noções gerais de obrigações. Conceito. Elementos constitutivos e fontes das obrigações. Modalidades. Extinção. Mora.

III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- . Noções gerais de Direito Processual. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual.
- . Jurisdição: conceito, características, finalidade, princípios e espécies.
- . Competência. Organização judiciária. Conexão e continência.
- . Ministério Público. Funções essenciais à justiça.
- . Ação. Conceito. Elementos. Condições. Classificação.
- . Processo. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Formação, suspensão e extinção do processo. Pressupostos processuais.
- . Atos processuais: conceito, classificação e forma. Comunicação dos atos processuais: citação e intimação. Prazos processuais. Nulidades.
- . Partes: capacidade processual. Litisconsorte. Intervenção de terceiros. Denúnciação à lide. Chamamento ao processo. Nomeação à autoria. Oposição. Assistência.
- . Recurso. Pressupostos gerais. Efeitos. Espécies: Apelação, agravo, embargos de declaração.
- . Mandado de Segurança. Ação Popular. Legitimidade. Procedimento. Atuação do Ministério Público.
- . Ação Civil Público. Procedimento. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

IV - DIREITO PENAL

- . Aplicação da lei penal. Anterioridade da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço.
- . Crime: conceito e elementos. Sujeitos. Objeto. Nexo de causalidade. Crime consumado e tentativa. Dolo. Culpa. Preterdolo.
- . Culpabilidade. Erro de tipo e erro de proibição.
- . Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Crime continuado.
- . Ação Penal.
- . Extinção da Punibilidade.
- . Das penas. Espécies. Consumação. Aplicação. Suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação.
- . Dos crimes contra a fé publica.
- . Dos crimes contra a Administração Pública.

V - DIREITO PROCESSUAL PENAL

- . Princípios do Processo Penal.
- . Aplicação da lei processual no tempo. Aplicação da lei processual no espaço. Interpretação da lei processual.
- . Inquérito Policial: natureza, iniciativa, indeferimento e recurso, inquérito dependente da representação, ato do inquérito, caráter inquisitório, âmbito de atividade, prazo, conclusão e remessa a juízo, arquivamento.
- . Ação penal: condições e princípios da ação, classificação das ações penais, condições de procedibilidade, ação penal privada, ação penal originária, influência da sentença penal no cível.
- . Lei dos Juizados Especiais Criminais. Composição civil e transação penal. Suspensão condicional do processo (Lei nº 9.099/95).
- . Recursos. Apelação. Recurso em sentido estrito.
- . Habeas corpus.

VI - DIREITO ADMINISTRATIVO

- . Princípios básicos da administração.
- . Poderes Administrativos: Considerações gerais, poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Polícia sanitária.
- . Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Teoria dos motivos determinantes. Invalidação dos atos administrativos.
- . Contratos Administrativos e Licitação.
- . Servidores Públicos. Considerações gerais. Organização do serviço público. Normas constitucionais pertinentes aos servidores. Direitos e deveres dos servidores. Responsabilidades dos servidores. Direito adquirido.
- . Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico.

VII - DIREITOS DIFUSOS

- . Direito do consumidor (Lei n.º 8.078/90)
- . Direito Ambiental (Lei n.º 9.605/95)
- . Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/85)
- . Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92)